atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,

R E S O L V E :

AUTORIZAR a servidora JANDIRA MIRANDA DA SILVA, Técnico - Assistente Social, sem ônus para este Ministério Público, a participar, como membro da Comissão Permanente de Ética do Conselho Regional de Serviço Social e facilitadora no aludido evento, do curso de Capacitação: "Curso de Ética em Movimento", promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social, nos períodos de 17 a 18 e 24 a 25/08/2016, nos municípios de Marabá e Santarém.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 26 de agosto de 2016.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

PORTARIA N.º 323/2016-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, MIGUEL RIBEIRO BAÍA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 7874/2014-MP/PGJ, de 9 de dezembro de 2014,

R E S O L V E :

CONCEDER o servidor abaixo discriminado licença para tratamento de saúde, com fulcro nos artigos 81 a 84, da Lei nº 5.810/1994:

PROTOCOLO	NOME	PERÍODO
31751/2016	ANDRE DA SILVA CARDOSO	18/05 a 14/10/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 26 de agosto de 2016.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa

PORTARIA N.º 338/2016-MP/SGJ-TA

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pelas Portarias nº 2227/2013-MP/PGJ, de 16 de abril de 2013 e 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. inciso I, do art. 5º, da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado, de 24/9/2012;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês de agosto de 2016, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 02 de agosto de 2016, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a Escala de Plantão para o mês de agosto de 2016, elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 04 de agosto de 2016, publicada no site do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de disponibilizar equipe de apoio aos senhores membros do *Parquet* escalados para o plantão institucional do segundo grau;

CONSIDERANDO o que dispõe a Portaria nº 4204/2013-MP/PGJ, de 9/12/2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 12/7/2013,

R E S O L V E :

Art. 1º - CONVOCAR os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para realizarem o plantão institucional junto aos Órgãos de Execução de Segundo Grau do Ministério Público do Estado do Pará, no período de 07/09/2016.

Art. 2º - O não atendimento injustificado da convocação para os plantões sujeitará o convocado à aplicação das penalidades previstas na Lei Estadual nº 5.810/94.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, 06 de setembro de 2016.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Subprocurador-Geral de Justiça,
área técnico-administrativa.

**ANEXO ÚNICO
ESCALA DE PLANTÃO DE SERVIDORES
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEL E
PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL
PERÍODO: 07/09/2016**

Em observância às Portarias nº 4204/2013-MP/PGJ, de 9/7/2013, Escalas de Plantão para o mês de setembro de 2016 elaborada pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Cíveis, datada de 24 de agosto de 2016 e pela Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, datada de 29 de agosto de 2016, ambas publicadas no site do Ministério Público do Estado do Pará.

DIA 07/09/2016

REPRESENTANTE DO QUADRO TÉCNICO-JURÍDICO

FERNANDA ALVES DE SOUZA (Assessora técnica da Procuradoria Cível)

NICOLAU CANTHÉ PANDOLFO (Assessora técnica da Procuradoria Criminal)

MIGUEL RIBEIRO BAÍA
Subprocurador-Geral de Justiça
área técnico-administrativa.

Protocolo 1006059

PORTARIA N.º 5665/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 56, inciso IX, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E :

DESIGNAR a Promotora de Justiça JANE CLEIDE SILVA SOUZA para atuar nos autos do Inquérito Civil nº 017/2013/11-IC, Processo nº 000026-012/2016, nos termos da decisão do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, bem como o que dispõe o artigo 57, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 057/2006.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 05 de setembro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador Geral de Justiça

Protocolo 1006060

EXTRATO DA ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR - 2016

(LEI Nº 8.625, DE 12.02.1993 - ART. 15, § 1º)

DATA E HORA - 05.09.2016, das 10h00min às 18h15min.

LOCAL - Plenário "Octávio Proença de Moraes", no Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará. **PRESENTES** - Dr. MIGUEL RIBEIRO BAÍA, Subprocurador-Geral de Justiça, área técnico-administrativa, em substituição ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Exmos. Conselheiros: Dr. NELSON PEREIRA MEDRADO, Dr. RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO, Dra. MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA e Dr. ESTEVAM ALVES SAMPAIO.

DELIBERAÇÕES - Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

1. Apreciação de Expedientes:

1.1. Apreciação de Expediente

Interessado: Dr. Jorge de Mendonça Rocha - Subprocurador de Justiça para a área jurídico-institucional
Assunto: Dá conhecimento ao Conselho Superior de atos de ofensa à honra e à dignidade do Ministério Público encaminhados pela Procuradoria Regional Eleitoral

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO do expediente e, DECIDIU, à unanimidade, encaminhá-lo ao Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Colégio de Procuradores, para os ulteriores de direito.

1.2. Apreciação de requerimento - Protocolo nº 33916/2016

Interessada: Dra. Dully Sanae Araújo Otakara - Promotora de Justiça

Assunto: Encaminha laudo médico pericial 180489 A1, conforme determinado pelo Conselho Superior na 12ª Sessão Ordinária, em 23/06/2016 e ratificado na 15ª Sessão Ordinária, em 11/08/2016.

Após apreciar os documentos, o Exmo. Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves pediu para que os mesmos fossem juntados aos autos de permuta, e que após retorne para ser decidido pelo Egrégio Conselho em uma nova sessão.

O Egrégio Conselho Superior, acatando sugestão do Exmo Conselheiro Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, DECIDIU, que seja juntado aos autos do processo de permuta, os expedientes encaminhados pela Promotora de Justiça interessada, inclusive com laudo pericial, e após, retorne a fim de que seja submetido à apreciação em uma nova sessão.

2. Julgamento de Processos:

2.1. Processos de Relatoria do Conselheiro NELSON PEREIRA MEDRADO:

Os itens 2.1.1 e 2.1.2 foram julgados em bloco:

2.1.1. Processo 002685-110/2014

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará - MPPA
Requerido: Hospital Divina Providência

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

Assunto: Apurar as contas apresentadas pela entidade, relativas ao ano-calendário 2011.

2.1.2. Processo 000106-110/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requeridos: Fundação Alves, Fontes, Gonçalves e Sena - FUNAFGS

Origem: PJ de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

Assunto: Apurar as contas apresentadas pela entidade, relativas ao ano-calendário 2007

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pela não apreciação dos feitos referentes aos itens 2.1.1 e 2.1.2, por falta de previsão legal que subsidie o pedido de Reconsideração do Promotor de Justiça, conseqüentemente não havendo o que se reconsiderar da decisão deste Egrégio Colegiado, devendo a mesma ser mantida, inclusive, no tocante à despontuação do membro pela instauração e conclusão do referido procedimento.

2.1.3. Processo 000186-012/2015

Requerente: A. M. S. C.

Requerido: L. M. O.

Origem: 2º PJ de Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Apurar possível prática de poluição sonora de lava jato localizado no Distrito de Icoaraci

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, DECIDIU pela não apreciação dos feitos referentes aos itens 2.1.1 e 2.1.2, por falta de previsão legal que subsidie o pedido de Reconsideração do Promotor de Justiça, conseqüentemente não havendo o que se reconsiderar da decisão deste Egrégio Colegiado, devendo a mesma ser mantida, inclusive, no tocante à despontuação do membro pela instauração e conclusão do referido procedimento.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU DO PEDIDO E NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, por se tratar de mera notícia de fato, e, de acordo com a súmula nº 001/2016 do CSMP, devendo os autos serem devolvidos à Promotoria de Origem para que proceda ao arquivamento, uma vez que não há necessidade de homologação pelo CSMP.

2.1.4. Processo 000179-440/2015

Requerente: Diego Patrício Henderson de Souza

Requerido: Casa "BR Show"

Origem: 2º PJ Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia de prática de poluição sonora.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em razão da perda superveniente do objeto, uma vez que a casa de shows encerrou suas atividades antes que o Órgão Ministerial adotasse as providências cabíveis.

2.1.5. Processo 000095-804/2015

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará

Requeridos: Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA; Departamento Municipal de Trânsito do Município de Altamira - DEMUTRAN

Origem: 5ª PJ de Direito Constitucionais Fundamentais, Ações Constitucionais, Defesa da Proibidade Administrativa e Fazenda Pública de Altamira

Assunto: Apurar possíveis atos de Improbidade Administrativa pelos órgãos do DETRAN/PA e DEMUTRAN de Altamira caracterizados, em tese, pelo descumprimento de ordem judicial.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em razão do atingimento dos objetivos do procedimento com o cumprimento da ordem judicial liminar por parte do DEMUTRAN.

2.1.6. Processo 000139-111/2013

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará - MPPA

Requerido: Plano de Saúde São Brás

Origem: 1º PJ de Defesa do Consumidor da Capital

Assunto: Apurar suposto exercício irregular de atividade comercial pela "Sociedade de Saúde São Brás."

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em razão da perda superveniente do objeto, que era justamente de apurar as condições de seu funcionamento, após a Liquidação Extrajudicial da empresa requerida, pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

2.1.7. Processo 000115-113/2013

Requerentes: Corpo de Bombeiros Militar/PA; Ministério